

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou o executivo que esteve presente, ontem, numa reunião com o senhor Chefe de Estado Maior do Exército, em Lisboa, onde foi discutida a questão da possível saída do CTOE de Lamego para Chaves.

De seguida o senhor Presidente da Câmara referiu-se à sessão pública de apresentação e discussão do Projecto Espaço Público do *Eixo Barroco*, que decorreu no passado dia 9 de Novembro, tendo sido uma discussão muito interessante.

Usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** que concordou que a discussão foi importante e salientou haver necessidade de recuperar o Centro Histórico da cidade, reforçando no entanto as dúvidas que naquela sessão apresentou, e que se sintetizam nos seguintes pontos, tal como então foram apresentados:

1º - Deveria ser muito bem explicada a importância estratégica da obra, nesta altura complexa e difícil que atravessamos. Ou seja, fará sentido proceder a uma obra desta envergadura no centro histórico de Lamego, quando muitos outros lugares da cidade e até do concelho se debatem com maiores e bem mais graves problemas?

É que em Lamego, e ao contrário do que afirmou o senhor Presidente, este eixo não sofre de nenhum problema de desertificação, antes pelo contrário, está sujeito a uma enorme pressão residencial e urbanística.

O eixo necessita de ser requalificado, sem dúvida nenhuma, mas no sentido da melhoria das condições infra-estruturais, como muito bem foi explicado naquela sessão, e certamente que tal requalificação exige uma melhoria do seu mobiliário e equipamento urbano. Mas não me parece que necessite de uma alteração excessiva na sua imagem global, de forma a ficar demasiado descaracterizada e, portanto, perdendo o sentido da singularidade e valor patrimonial que lhe está associado actualmente.

2º - Deveria ficar também esclarecida devidamente a questão da sustentabilidade financeira deste projecto, no sentido de se saber se o Município possui os montantes necessários ao seu financiamento, sem ter que recorrer a fontes externas de crédito que irão aumentar a dívida do Município.

Um projecto desta natureza irá aumentar, seguramente, a dívida fundada do Município, e sabendo que esta Câmara, só no primeiro semestre deste ano aumentou já a dívida a terceiros em mais de 82%, fica por saber onde vamos buscar mais recursos financeiros para realizar a obra.

É certo que temos fundos perdidos para a sua realização, na ordem dos 80%, como ali foi referido, e bem, pelo senhor Presidente da Câmara, mas a verdade é que não temos disponíveis, nem de longe nem de perto, os 20% da contrapartida nacional, e tenho fundadas dúvidas que os possamos angariar com recurso ao crédito bancário.

Parece, portanto, muito mal que, estando nós completamente endividados, e ultrapassando já há muito tempo os limites legais de endividamento que a lei permite para os Municípios, continuemos a aumentar a dívida municipal como se não existisse amanhã, e como se a mesma não tivesse que ser paga futuramente.

3ª - E afinal que benefícios efectivos nos vai trazer esta obra, em termos de circulação rodoviária no interior da nossa cidade?

Com a extinção da Rotunda do Soldado Desconhecido e o estreitamento de todas as vias, e em toda a extensão do eixo (desde o fundo da Escadaria dos Remédios até ao largo de Camões), não me parece que tal circulação possa melhorar.

É certo que já se abandonou a ideia de um só sentido (ascendente) na Avenida 5 de Outubro, mas continuo com enormes dúvidas sobre a bondade das soluções apresentadas. Os pesados que usarem o sentido descendente da Avenida 5 de Outubro em direcção à auto-estrada terão que sair pela Rua de Fafel, Pinto de Aragão ou, em última análise, pela Avenida Dr. Alfredo de Sousa, em direcção à Rotunda Fernando Amaral...

Alguém acha, sinceramente, que a circulação rodoviária, assim, vai melhorar?

Em todo o caso, ficou a garantia de que serão feitos testes de ensaio, durante um período de tempo suficiente, para avaliar os impactos positivos e negativos desta solução, o que acho muitíssimo bem que se faça.

Depois dos testes cá estaremos todos para analisar os respectivos resultados, comprovando-se então se temos razão, ou não, nas dúvidas que agora levantamos.

O senhor **Vereador Manuel José Carmo Coutinho** informou o executivo que esteve presente, em representação do senhor Presidente da Câmara, em Melgaço no passado dia 10 de Novembro, numa sessão da Assembleia Intermunicipal da AMPV, (Associação de Municípios Portugueses do Vinho).

No dia 11 de Novembro esteve também presente numa Conferência sobre Rotas do Vinho, organizada pela AMPV, em Barcelos.

O senhor Vereador deu, ainda, conhecimento ao executivo do número de entradas em 2010 no Parque Biológico, desde a reabertura em 16 de Junho, até ao final de Outubro, sendo de 4296 o que perfez uma receita de 2.885,00 €.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** referiu que o senhor Dr. Manuel Cabral foi indigitado como Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto.

A Câmara Municipal tendo tomado conhecimento deste facto, congratulou-se e registou com agrado e satisfação, desejando-lhe felicidades e bom trabalho no desempenho da sua tarefa, tão importante que será para a Região do Douro.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** disse ainda que numa fase em se prevê e preparam as obras do Eixo Barroco seria este o momento ideal para o Museu de Lamego fazer as obras de remodelação e requalificação tão necessárias para quem visita aquele Museu.

A Câmara de Lamego e o Museu de Lamego, dada a importância patrimonial e artística desta instituição, e aproveitando ainda esta oportunidade de intervenção na zona nobre da cidade, deveriam desenvolver todas as diligências possíveis para que a obra fosse executada.

Assim, solicitou à Exma. Câmara Municipal, nomeadamente ao senhor Presidente da Câmara que intercedesse junto do senhor Secretário de Estado da Cultura para a solução deste assunto.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao senhor Vereador Agostinho Ribeiro que a referida obra não é da competência da Câmara Municipal de Lamego, mas reconhece a sua importância para o concelho e região, o que poderá fazer é voltar a insistir junto do senhor Secretário de Estado da Cultura para que o projecto anteriormente previsto para o Museu seja reapreciado dando-lhe oportunidade para execução.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira**, no uso da palavra, referiu-se ao início de um conjunto de acções de sensibilização que o pelouro da Acção Social, através das suas Técnicas, está a desenvolver junto da população de etnia cigana com vista a uma sociabilização da mesma. Foi uma agradável surpresa o elevado número de participantes presentes que colaboraram com enorme entusiasmo nas mesmas. Estas acções, uma por mês, decorrerão durante um ano, até Outubro de 2012 e serão da responsabilidade das Técnicas da Acção Social em parceria com A Técnica do Projecto “Escolhas D’Ouro”.

Referiu-se, ainda, à acção de formação sobre o novo Acordo Ortográfico que decorreu na Biblioteca Municipal de Lamego, nos dias 26 a 28 de Outubro, que foi um sucesso, tendo sido frequentada especialmente por funcionários da câmara. A propósito deste assunto, a senhora Vereadora Marina Valle deixou um voto de agradecimento ao Prof. António Martins, formador deste curso, que se disponibilizou a, gratuitamente, dar esta formação o que fez com grande profissionalismo.

De seguida referiu-se ao Centro Escolar de Penude onde os Professores estão a desenvolver um projecto educativo dedicado ao ciclo do pão. Crianças, Professores e

Encarregados de Educação realizaram uma Feira do Pão no Centro Escolar sendo que todos os produtos foram confeccionados pelos próprios. No âmbito do mesmo projecto, fizeram visitas a um moinho em funcionamento e têm desenvolvido as mais diversas actividades sempre relacionadas com o Ciclo do Pão,

Por fim, a senhora Vereadora reportou-se à Feira Franca realizada pelo Instituto da Juventude no Porto, subordinada ao tema “Douro Que Me Desafia”, onde Lamego se fez representar pelo Professor Fernando Marado na área da Literatura Duriense, pelo Sr. Alexandre Fandino na área do artesanato em barro e pelo Professor Roxo e com as Concertinas. A presença deste grupo representativo de Lamego constituiu um êxito pelo que foi solicitado que Lamego passe a estar sempre presente nesta Feira.

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte**, no uso da palavra, deu conhecimento ao executivo que se realizou no sábado, dia 12 de Novembro, o Torneio de abertura da Associação de Ténis de Mesa do distrito de Viseu – Dr. Albino Brito de Matos, no pavilhão da escola E.B. 2/3 de Lamego.

Deu, também, conhecimento ao executivo que o Espaço Internet *Lamego Digit@l* vai proporcionar aos alunos da Universidade Sénior de Lamego, durante o próximo ano escolar, experiências interactivas para que todas as semanas aprofundem os seus conhecimentos ligados às novas tecnologias de informação e comunicação. Sob o mote *Ligações sem Idade*, os participantes vão aprender, durante uma hora, a utilizar a Internet e o correio electrónico, a fazer pesquisas na web e em redes sociais e a criar e editar documentos no Office.

Integrado no Plano Estratégico para a Sociedade da Informação do concelho de Lamego e na rede nacional deste género de equipamentos, o Espaço *Lamego Digit@l* estimula a utilização das tecnologias da informação e da comunicação.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 2 DE NOVEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 2 de Novembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: ALBERTO SILVA CARDOSO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 572/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 816/DMSU, de 27 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 88524 e 101832, relativas aos meses de Julho e Agosto de 2011, respectivamente, referente à instalação n.º 1910, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando os valores corrigidos a ser de 132,68 € e 77,63 €, respectivamente.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: ANTÓNIO CARDOSO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 573/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 824/DMSU, de 28 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação da factura n.º 116356, relativa ao mês de Setembro de 2011, referente à instalação n.º 92, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando o valor corrigido a ser de 175,57€.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO DA FACTURA DE ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: GRACINDA MARIA ARAUJO CARVALHO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 574/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 826/DMSU, de 31 de Outubro de 2011, se proceda à rectificação das facturas n.º 95353 e 108641, relativas aos meses de Agosto e Setembro de 2011, respectivamente, referente à instalação n.º 7491, pela tarifa de fugas prevista no preçário de água anexo ao Regulamento de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, ao abrigo do n.º 5 do artigo 35º daquele Regulamento, passando os valores corrigidos a serem de 27,94€ e 25,32€, respectivamente.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: VISITA À COMUNIDADE DE BOUCHEMAINE – AGRADECIMENTO DO CONVITE (COD 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício emanado da Escola de Hotelaria e Turismo do Douro-Lamego, agradecendo o convite para participar na visita à Comunidade de Bouchemaine em França e afirmando que a visita foi bastante enriquecedora e plena de vontades explícitas em estabelecer laços de cooperação com as diversas entidades da Região do Vale de Loire e em particular com o Lycée Hôtelier de Saumur.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: AMÉLIA DA CONCEIÇÃO DIAS CARVALHEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 575/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que, a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno uma senhora realizava uma queima de sobranes de exploração agrícola, em período crítico.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Amélia da Conceição Dias Carvalheira.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: LEÓNIDA DOS SANTOS ESTEVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 576/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que, a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno uma senhora realizava uma queima de sobranes de exploração agrícola, em período crítico.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Leónida dos Santos Esteves.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: AFONSO REBELO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 577/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que, a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno um indivíduo realizava uma queimada, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Afonso Rebelo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: CÂNDIDO FERNANDES TEIXEIRA REDE**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 578/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que, a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno uma senhora realizava uma queima de sobranes de exploração agrícola, em período crítico.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Cândido Fernandes Teixeira Rede.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)**ARGUIDO: FERNANDO JOSÉ LOPES DOMINGOS**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 579/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que, a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno um indivíduo realizava uma queimada, sem obedecer aos

condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Fernando José Lopes Domingos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: MANUEL MARIA ALBUQUERQUE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 580/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que, a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno uma senhora realizava uma queima de sobranes de exploração agrícola, em período crítico.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra Manuel Maria Albuquerque.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CÉSAR DA CONCEIÇÃO PEREIRA GRANJO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 581/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia relatando que num terreno pertencente ao senhor César da Conceição Pereira Granjo, não foi efectuada a gestão de combustíveis existentes numa faixa mínima de 50 metros à volta de algumas habitações.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a instauração do processo de contra-ordenação contra César da Conceição Pereira Granjo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS EM VALDIGEM (**COD 26**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 583/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 7 de Dezembro de 2011, das 21.30h às 21.45h, para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição, a realizar na Freguesia de Valdigem, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT) (**COD 33.A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 599/33-A/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara a qual refere que a sociedade Quinta da Timpeira, Lda., por requerimento apresentado nesta Câmara Municipal em 30 de Setembro de 2011, veio solicitar a isenção de IMT para a aquisição que vai efectuar de um prédio urbano destinado a sede social da empresa, ficando afecto duradouramente à actividade da empresa. Para tanto invoca o artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Em 25 de Outubro de 2011, a Quinta da Timpeira, Lda. apresentou um aditamento àquele requerimento, referindo, em suma, que a sociedade foi criada em 22 de Setembro de 2011 e iniciou a actividade em 04 de Outubro de 2011, que pretende instalar-se no lugar da Timpeira de forma permanente e duradoura, que o desenvolvimento da sua actividade criará 10 postos de trabalho e, nos eventos a realizar necessitará da contratação temporária de 20 trabalhadores. Termina solicitando a isenção do pagamento do IMT.

Determina o artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), no âmbito dos benefícios relativos à interioridade, que ficam isentos do pagamento de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) as aquisições de prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas.

Estas isenções só se verificam se as aquisições foram devidamente participadas ao serviço de finanças da área onde estiverem situados os imóveis a adquirir, mediante

declaração de que conste não ter o declarante aproveitado anteriormente de idêntico benefício.

As isenções ficam dependentes de autorização do órgão deliberativo do respectivo município.

As áreas territoriais beneficiárias dos incentivos à interioridade estão definidas na Portaria nº 1117/2009 de 30.09, rectificada e republicada pela Declaração de Rectificação nº 79/2009 de 27.10. Lamego inclui-se nas referidas áreas abrangidas – NUTS III Douro.

Dispõe o art. 2º do EBF quanto ao conceito de benefício fiscal e de despesa fiscal e respectivo controlo:

1. Consideram-se benefícios fiscais as medidas de carácter excepcional instituídas para tutela de interesses públicos extra fiscais relevantes, que sejam superiores aos da própria tributação que impedem.
2. São benefícios fiscais as isenções, as reduções de taxas, as deduções à matéria colectável e à colecta, as amortizações e reintegrações aceleradas e outras medidas fiscais que obedeçam às características enunciadas no número anterior.

Nos termos do nº 5 do artigo 43º do EBF a isenção solicitada depende de autorização do órgão deliberativo de município.

De acordo com os elementos apresentados, a Quinta da Timpeira, Lda. tem como objecto social hotelaria e turismo em espaço rural, organização de actividades e animação turística, catering e prestação de serviços agrícolas.

Pretende a sociedade em causa adquirir um prédio urbano, situado na freguesia de Almacave, do concelho de Lamego, área beneficiária como já referido, para, alegadamente, afectar duradouramente à actividade da empresa, como sua sede.

Tal como refere o artigo 2º do EBF é necessário que os interesses públicos extra-fiscais sejam de tal forma relevantes que a sua tutela seja superior ao da própria tributação.

O Decreto-Lei nº 55/2008 de 26.03 veio estabelecer as normas de regulamentação necessárias à boa execução das medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade, referente ao anterior artigo 39º-B do EBF que, por força da rectificação, renumeração e republicação do EBF passou a constar do artigo 43º do EBF.

Assim, sem prejuízo do previsto no artigo 43º do EBF, as entidades beneficiárias deverão reunir as condições de acesso previstas no artigo 2º do Dec.-Lei nº 55/2008 de 26.03, nomeadamente:

- a) Encontrarem-se legalmente constituídas e cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da sua actividade;
- b) Encontrarem-se em situação regularizada perante a administração fiscal, a segurança social e o respectivo município;
- c) Disporem de contabilidade organizada, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade;
- d) Situaem a sua actividade principal nas áreas beneficiárias;
- e) Comprometem-se a manter afectos à actividade o investimento realizado, bem como a manter a sua localização geográfica, durante um período mínimo de 5 anos a contar da data da realização integral do investimento;
- f) Informarem a entidade responsável da atribuição de qualquer outro incentivo ou da apresentação de candidatura para o mesmo fim;
- g) Obterem previamente a autorização do órgão deliberativo municipal.

A Quinta da Timpeira Lda. pretende instalar-se de forma duradoura e permanente no concelho de Lamego. Como referido, o desenvolvimento da sua actividade criará 10 postos de trabalho e, nos eventos a realizar necessitará da contratação temporária de 20 trabalhadores, o que significa uma mais-valia para este Município.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que submeta o presente pedido à apreciação da Assembleia Municipal, sendo a deliberação tomada condicionada à apresentação dos elementos referidos nas alíneas b), c), e) e f) do art. 2º do Decreto-Lei nº 55/2008.

Deliberado: Aprovada, por unanimidade, devendo a requerente ser notificada a declarar o montante da transacção envolvida.

15-ASSUNTO: QUEDA DE PEDRAS NA EN2 – TROÇO MAGUEIJA - RECONCOS (COD 37)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício emanado da Junta de Freguesia de Magueija, informando as Estradas de Portugal, EP – Delegação de Viseu da queda de pedras na EN 2 – troço entre Magueija e Reconcos.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

16-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DO PARQUE EÓLICO DE FONTE DA MESA II (COD 42)

REQUERENTE: EÓLICA DO ALTO DOURO, S.A.

LOCAL DA OBRA: SERRA DAS MEADAS - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 582/42/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que seja ratificado o seu despacho, datado de 7 de Novembro de 2011, no qual foi homologado o auto de vistoria n.º 46, de 1 de Setembro de 2011, para recepção provisória das obras de urbanização, tendo sido reduzido o valor da caução para 3.412,50 €, nos termos do artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Deliberado: Ratificado por unanimidade.

17-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE QUATRO BLOCOS HABITACIONAIS (COD 42)

REQUERENTE: LOJA DO CONDOMÍNIO RIBAS & RIBAS, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE NAZES, BLOCO E - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 584/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 52, de 7 de Outubro de 2011, e se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – Conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES EFECTUADAS NA MORADIA (COD 42)

REQUERENTE: ANTONIO RODRIGUES SILVA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO EIRO – VARZEA DE ABRUNHAIS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 585/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 4160/DUDE, de 25 de Outubro de 2011 e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência previa do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere promover a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: CLEMENTINO DOS SANTOS FERNANDES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CABAÇAL – MAGUEIJA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 586/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 4034/DUDE, de 12 de Outubro de 2011 e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere promover a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

20-ASSUNTO: OBRAS DE REMODELAÇÃO DE COBERTURA E LEGALIZAÇÃO DE UM TERRAÇO (COD 42)

REQUERENTE: EDGAR NUNES MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: EIRA DO LADARIO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 587/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 4110/DUDE, de 19 de Outubro de 2011 e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência prévia do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere promover a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE DUAS LAGOAS PARA RETENÇÃO DE ÁGUAS (COD 42)

REQUERENTE: LACTICÍNIOS DO PAIVA, S.A.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE PENELAS – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 588/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 4102/DUDE, de 18 de Outubro de 2011 e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência

previa do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere promover a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

22-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: DANIEL FERREIRA XAVIER

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CUTELO – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 589/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 4029/DUDE, de 12 de Outubro de 2011 e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência previa do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere promover a audiência prévia nos termos do n.º 5 do citado artigo.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

23-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - LEGALIZAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ CORREIA DE LIMA (HERDEIROS)

LOCAL DA OBRA: ESTRADA DO CRUZEIRO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 590/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 509/DAC, de 10 de Outubro de 2011 e dado que o requerente não solicitou a emissão do alvará de licença de obras no prazo de um ano após a sua notificação, o acto de licenciamento caducou nos termos do n.º 2 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sendo a caducidade declarada pela Câmara Municipal com audiência previa do interessado, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere promover a audiência prévia aos herdeiros de José Correia de Lima, nos termos do n.º 5 do citado artigo, os quais deverão ainda apresentar documento comprovativo dessa qualidade.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

24-ASSUNTO: REABILITAÇÃO E ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E ESCRITÓRIOS (COD 42)

REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA OLARIA – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 591/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, tendo em conta o teor da informação n.º 4208/DUDE, de 28 de Outubro de 2011 a requerente solicitou a isenção das respectivas taxas urbanísticas e de construção no valor de 14.903,50 €, argumentando que vivem tempos de dificuldade.

De acordo com o referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 26º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, pode a Câmara Municipal isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral anexa, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere se isenta o pagamento das taxas na sua totalidade ou se concede uma redução e de que valor.

Deliberado: Considerando que se trata de uma obra incluída no projecto de Regeneração Urbana - Viver Lamego, a mesma já usufrui da comparticipação dos fundos comunitários do QREN, e considerando que se trata de uma obra com objectivos de natureza social com apoio do Município, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder uma redução de 50% do valor das taxas.

25-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSPEÇÃO DO ELEVADOR (COD 42)

REQUERENTE: DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DA EUCARISTIA

LOCAL DA OBRA: SENHORA DOS REMÉDIOS – SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 592/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, face ao teor da informação n.º 4170/DUDE, de 25 de Outubro de 2011 a proprietária do ascensor em título requereu a reinspecção do mesmo nos termos do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro, e a isenção do pagamento, nos termos da deliberação de Câmara de 20 de Setembro de 2011.

Pelo exposto, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere se isenta a requerente do pagamento da taxa de inspecção do elevador, na sua totalidade ou se concede uma redução e de que valor.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a requerente do pagamento total da taxa de inspecção do elevador.

26-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM BARRACO (COD 42)

REQUERENTE: ELVIRA DA CRUZ TEIXEIRA TOME - HERDEIRA DE ARTUR DOS SANTOS TEIXEIRA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA FRAGA – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 592/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, de acordo com a informação n.º 3897 de 29/09/2011, o requerente foi notificado a pronunciar-se sobre o projecto de decisão que consistirá na ordem de demolição das obras de construção de um barraco, sem o respectivo alvará de licença. A senhora Elvira da Cruz Teixeira Tomé, veio identificar-se como herdeira, uma vez que o pai já faleceu, e expor que não possui condições económicas para proceder à sua demolição.

Tendo sido notificada a esclarecer se era a única herdeira, veio informar que sim, e que o imóvel foi construído pelo seu pai há mais de 30 anos, que está abandonado, que o local é de difícil acesso, logo dispendiosa a demolição e a remoção dos escombros, que não tem capacidades económicas que é uma pessoa doente.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que delibere a aplicação, ou não, do artigo 107º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que determina a posse administrativa do imóvel, por forma a permitir a execução coerciva da demolição, sendo que nos termos do artigo 108º, as despesas realizadas com a execução coerciva, são por conta da infractora.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, determinar a posse administrativa do imóvel, nos precisos termos propostos.

27-ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO CURSO DE UM CAMINHO PÚBLICO (COD 42)

REQUERENTE: GLÓRIA DA SILVA PINTO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO SEIXAL – JUVANDES – VILA NOVA SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 594/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, a requerente solicitou a alteração do curso de um caminho público que atravessa a sua propriedade sita no lugar do Seixal ou Lanhosa, Juvandes, freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, com vista a poder dar um melhor aproveitamento ao terreno, nomeadamente na construção de uma casa para a sua filha.

De acordo com a informação n.º 150/DFP de 13 de Abril de 2011, foram calculados os custos estimados com a obra na importância de 21.985,00€, caso a pavimentação seja

efectuada a cubos de granito e de 15.788,50€, se a pavimentação for efectuada a betuminoso.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, através do ofício n.º 2751 de 10/08/2011, foi notificado a pronunciar-se relativamente ao pedido da requerente.

Em 17 de Agosto de 2011, a Junta de Freguesia veio expor que nada tem a opor em relação à pretensão, no entanto deverá o caminho novo ter a mesma largura do caminho antigo, pois serve de via para os autocarros dos estudantes darem a volta.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que analise e delibere sobre o pedido da requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alteração do curso do caminho público em apreço, que deverá ser formalizada através da efectivação de um contrato de permuta.

28-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: PAVILAMEGO – PAVIMENTOS DE LAMEGO, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE SANTINHA – SOUTO CÔVO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 595/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, de acordo com a informação n.º 4184 de 26 de Outubro de 2011, o requerente na qualidade de proprietário do prédio urbano composto por dois andares, águas furtadas e loja, com a área de 96,00m², solicita ao abrigo do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, a aprovação do projecto de arquitectura referente à obra e para o local referenciado em epígrafe.

A pretensão refere-se à reconstrução sem preservação das fachadas de um edifício de habitação multifamiliar de quatro pisos, sendo o último recuado.

Pelo relatado na informação, em última análise do processo verifica-se que é proposta a demolição total do edifício, com a reconstituição das fachadas, alterando desta forma a imagem do edifício e da envolvente.

Pelo exposto, proponho que a Exma. Câmara avalie a pretensão do requerente.

Deliberado: Atendendo ao estado deplorável do edificado na Rua Cardoso Avelino é imperativa a execução das obras, pelo que a Câmara Municipal determinou, por unanimidade, que o gestor do processo e a interessada em reunião com a IGESPAR encontrem uma resolução para o problema.

29-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE UM SALÃO DE CABELEIREIRO – LEGALIZAÇÃO (COD 42)**REQUERENTE:** CARLOS JOÃO CORREIA PAIVA**LOCAL DA OBRA:** AV. ALFREDO DE SOUSA, N.º 6 – 1º ANDAR - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 596/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, na sequência do seu despacho, datado de 16 de Março de 2011, o requerente foi notificado para, em sede de audiência prévia, se pronunciar, querendo, no prazo de 15 dias, sobre o projecto de decisão do assunto em referência, nos termos do artigo 101º, do CPA e que consistirá na ordem de cessação da utilização da fracção “K” do prédio urbano sito na Av. Dr. Alfredo de Sousa, n.º 6, no prazo de 40 dias a contar da decisão final.

O requerente pronunciou-se mediante exposição apresentada em 05/07/2011, reafirmando a argumentação que já havia utilizado nas exposições que apresentara, bem como na sua audiência oral, não tendo alterado nem acrescentado nada de novo ao que anteriormente alegara.

Na informação n.º 507/DAC/2011 de 10/10/2011 é proposto a título de decisão final, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 109º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que seja ordenada a cessação da utilização da fracção em causa, no prazo de 40 dias, uma vez que está a ser afecta a uso diverso do previsto no respectivo alvará de utilização, informando-o de que nos termos do disposto n.º 2 do mesmo artigo, caso não cesse essa utilização indevida, poderá a Câmara Municipal deliberar decretar o despejo administrativo dessa fracção e, ainda, que o não cumprimento dessa ordem, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 100º do referido diploma legal, o fará incorrer na prática do crime de desobediência, previsto e punido no artigo 348º do Código Penal, pelo que propõe à Exma. Câmara que analise e delibere sobre a pretensão do requerente.

Deliberado: Após análise do presente assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não ordenar a cessação da utilização da fracção em apreço, por se entender que a actividade em causa se enquadra na qualidade de prestação de serviços.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro por considerar haver razões de impedimento no presente processo pelo facto de intervir um familiar.

30-ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR (COD 44)**ARGUIDO:** ARMANDINO DA CUNHA FERREIRA

Presente proposta de deliberação n.º 597/44/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativa ao processo disciplinar acima identificado, acompanhado das conclusões do relatório final do instrutor do processo, segundo as quais, dando-se como provados os factos imputados ao arguido, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, e artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propõe que se aplique ao arguido a pena de multa na quantia de € 53,32 (cinquenta e três euros e trinta e dois cêntimos), equivalente a duas remunerações base diárias. Propõe ainda, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea a), nº 3, 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º, a aplicação, ao arguido, da pena de suspensão pelo período de vinte dias. No entanto, atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propõe a aplicação ao arguido, da pena única de suspensão pelo período de vinte e um dias. Assim, considerando que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 08.11.1979, nada constando do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos; considerando, finalmente, que não é conhecida a prática de qualquer infracção disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, afigura-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e prevenção da infracção, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que poderá a Exma. Câmara Municipal se assim o entender suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D.. Mais esclarece que a suspensão caducará se o trabalhador vier a ser, no seu decurso, condenado novamente em processo disciplinar.

Deliberado: Transita para a próxima reunião, dada a complexidade da matéria em causa e com vista a uma apreciação mais minuciosa do processo.

31-ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR (COD 44)

ARGUIDOS: JORGE MANUEL PINTO GUEDES E ACÁCIO RODRIGUES
LINO FERREIRA

Presente proposta de deliberação n.º 598/44/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativa ao processo disciplinar acima identificado, que vem acompanhada das conclusões do relatório final do instrutor do processo, segundo o qual, dá-se como

provados os factos imputados ao arguido Jorge Manuel Pinto Guedes, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, e artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propondo que se aplique ao arguido a pena de multa na quantia de € 46,68 (quarenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos), equivalente a duas remunerações base diárias e, ainda, atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, a pena única de suspensão pelo período de vinte e um dias.

Assim, considerando que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes disciplinares, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 01.08.1996, nada constando do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos; considerando, finalmente, que não é conhecida a prática de qualquer infracção disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, afigura-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e prevenção da infracção, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que poderá a Exma. Câmara Municipal se assim o entender, suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D..

Dá-se, igualmente, como provados os factos imputados ao arguido Acácio Rodrigues Lino Ferreira, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, e artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propondo que se aplique ao arguido a pena de multa na quantia de € 20,71 (vinte euros e setenta e um cêntimos), equivalente a uma remuneração base diária, e, ainda, atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, a pena única de suspensão pelo período de vinte e um dias. Assim, considerando que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes disciplinares, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 02.03.1982, nada constando do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos; considerando, finalmente, que não é conhecida a prática de qualquer infracção disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, afigura-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e

suficiente as finalidades da punição e prevenção da infracção, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que poderá a Exma. Câmara Municipal se assim o entender, suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D..

Deliberado: Transita para a próxima reunião, dada a complexidade da matéria em causa e com vista a uma apreciação mais minuciosa do processo.

32-ASSUNTO: RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO (COD 47)

Presente proposta de deliberação n.º 600/47/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do disposto nos artigos 10º, 13º, 14º, n.º 1, alínea a), 15º e 19º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, a Câmara resolva aprovar a declaração de utilidade pública e autorização da tomada de posse administrativa da parcela de terreno, com 151,00 m2, a desanexar ao prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Almacave sob o artigo urbano n.º 3361, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 02103/20050427, em nome de Irene Conceição Rilhado Ferreira e Maria Carolina Ribeiro Rilhado Carvalho, necessária à obra de Remodelação da Cisterna de Lamego para a instalação de um Centro de Exposições, integrada na empreitada Viver Lamego – Regeneração Urbana.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

33-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 601/51/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja ratificado o seu despacho datado de 4 de Novembro de 2011, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 5, 6, 12 e 13 de Novembro de 2011 e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 19, 20, 26 e 27 de Novembro de 2011, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento

dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respectivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

34-ASSUNTO: PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2012 DA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM (COD 22-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 602/22-A/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, na sequência do ofício n.º 564, de 8 de Novembro de 2011, emanado da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, e de acordo o artigo 26.º dos Estatutos da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, propõe à Exma. Câmara Municipal, a apreciação e deliberação do Plano de Actividades e Orçamento para 2012 da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM.

Deliberado: A proposta foi aprovada por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que prestou a seguinte declaração de voto: “Votei contra o presente Plano de Actividades e Orçamento para 2012, da Lamego Convida, porque o Partido Socialista esteve, desde o início, contra o formato desta empresa municipal, discordando da amplitude do seu objecto estatutário e criticando desde a primeira hora a constituição de uma empresa desta natureza sem um estudo prévio de viabilidade e sustentabilidade económico/financeira que pudesse dar alguma razoabilidade e necessidade social e cultural à sua existência.

Passados todos estes anos verifica-se que o Partido Socialista estava repleto de razão nas dúvidas então apresentadas e hoje verificamos que esta empresa municipal é

portadora de graves e insolúveis problemas de sustentabilidade real e de existência legal, fortemente comprometida por força dos resultados da Auditoria financeira às contas da Câmara de Lamego, referentes ao ano de 2008, pelo Tribunal de Contas.

As alterações produzidas no novo contrato programa acordado entre o município de Lamego (entenda-se entre a Coligação PSD/CDS-PP) e a empresa Lamego Convida não resolvem os problemas de foro legal detectadas na referida auditoria, mantendo-se tudo praticamente igual ao formato original, situação que sempre mereceu a nossa mais viva discordância.

Assim, e procedendo agora a uma breve análise ao plano e orçamento aqui apresentados, verifica-se que estes documentos denotam uma enorme discrepância entre a realidade dos factos (os números apurados em relatórios de gestão e contas anteriores), e os valores agora apresentados, dando aqui apenas dois exemplos paradigmáticos, um sobre o Plano e outro sobre o Orçamento, que tipificam de forma exemplar a falta de rigor e de verdade que estes documentos comportam:

- No que diz respeito ao Plano, é curioso verificar que esta Câmara tem vindo a investir milhões de euros num pavilhão multiusos (afecto à Lamego Convida pela sua participação minoritária na PPP Lamego Renova) e que agora, prestes a ser recepcionada pela empresa Lamego Convida, conforme se expressa no próprio Plano, não possui uma única actividade relacionada e programada para este Pavilhão! É espantoso como se pode andar a gastar o que o Município de Lamego tem e não tem, em termos financeiros, endividando-se de forma absurda e escandalosa, para agora não ter um único projecto delineado para este Pavilhão, a demonstrar o amadorismo e a incompetência total na gestão de uma infra-estrutura desta natureza. Já se gastou tanto dinheiro público neste megalómano investimento e, pasme-se, a empresa não faz agora a mínima ideia do que vai fazer com esta infra-estrutura. Não há um único projecto de actividade prevista para esta estrutura;

- No campo do Orçamento apresentado, pode facilmente verificar-se o empolamento na receita, em qualquer dos planos alternativos apresentados, empolando as receitas próprias sem qualquer base fundamentada de sustentabilidade, e continuando a exaurir as finanças locais para sustentar uma estrutura cujos rendimentos próprios se quedam por cerca 30% das despesas programadas. Mas é bom lembrar aqui que estes 30% são baseados em coisa nenhuma, e muito além dos que verdadeiramente é lícito esperar, sobretudo num ano de forte contenção e condicionalismo depressivos. Os restantes 70% serão suportados pelo Município, em cumprimento do absurdo contrato programa a que já fizemos referência.

Por todas estas razões, voto contra os presentes documentos e alerto toda a vereação para a constatação, de facto, de que nada se alterou de fundamental, no que às conclusões do Tribunal de Contas diz respeito.”

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal.

35-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DE FEIRA NO 1º SABÁDO DE CADA MÊS (COD 25)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 603/25/11 do senhor Vereador do Desenvolvimento Económico, a qual refere que, tendo em conta a informação em anexo, que aqui se considera integralmente transcrito, propõe à Exma. Câmara que autorize a realização de uma nova Feira, a qual se realizará todos os primeiros Sábados de cada mês, no espaço destinado às Feiras Semanais, com o mesmo horário de funcionamento da Feira Semanal (07h00 – 13h00).

Esta Feira Mensal extraordinária terá início no próximo dia 3 de Dezembro 2011.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal.

36-ASSUNTO: DECISÃO SOBRE ALIENAÇÃO DE LOTE COMPOSTO POR VEÍCULOS EM FIM DE VIDA (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 604/52-A/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos referindo que, o Município de Lamego tem nas antigas instalações do Matadouro um conjunto de veículos que, depois de terem sido recolhidos da via pública, não foram reclamados dentro do prazo estabelecido pelas entidades competentes, sendo considerados abandonados e adquiridos por ocupação pela Câmara Municipal conforme o n.º 4, do artigo 165.º do Código de Estrada).

Como tal, terá de se proceder ao encaminhamento do veículo para um centro de receção ou operador de desmantelamento, devidamente licenciado, conforme o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 196/2003.

O procedimento em causa está contemplado no protocolo celebrado entre o Município de Lamego e a VALORCAR, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal (CML), realizada a 17 de Julho de 2007.

Na cláusula quarta do protocolo é estabelecido o procedimento de seleção que passa pelos seguintes trâmites:

a. A CML comunicará à VALORCAR os dados dos veículos em causa, a sua localização e outras informações relevantes;

- b. A VALORCAR transmitirá a todas as empresas da Rede VALORCAR esses dados;
- c. As empresas da Rede VALORCAR formalizarão o seu interesse e respetivas condições à CML;
- d. A CML comunicará à VALORCAR qual a empresa selecionada e quais as condições acordadas;
- e. A empresa selecionada será responsável pelo transporte e encaminhamento adequado dos veículos.

Atualmente, existem no ex-Matadouro os seguintes veículos que reúnem todos os requisitos para terem um fim ambientalmente correto e de acordo com a legislação em vigor:

Matricula	Marca	Modelo	Cor Principal
11-35-EL	Nissan	Bluebird	Castanho
EQ-77-88	Opel	Corsa	Branco
GR-38354	Subaru	Ind.	Castanho
NF-59-91	Saab	900	Castanho
NS-91-72	Toyota	Corolla	Branco
SJ-65-90	Peugeot	205	Azul
VS 8270	Ford	Escord	Preto
OC-51-37	Peugeot	309	Vermelho
LQ-75-10	Renault	5	Branco
UJ-53-05	Opel	Corsa	Branco

Face ao exposto propõe à Exma. Câmara Municipal a apreciação e aprovação da alienação dos veículos supra citados, dando-se cumprimento ao protocolo estabelecido com a VALORCAR.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal.

37-ASSUNTO: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS – CONCELHO DE LAMEGO (COD 11)

No seguimento da apresentação do Documento Verde da Reforma da Administração Local e do pedido do senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, para que este assunto seja debatido amplamente em todos os concelhos, presente à reunião a proposta de deliberação n.º 605/11/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal

propondo a constituição de um grupo de trabalho, constituído pelos seguinte elementos:

Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng.º Francisco Manuel Lopes, que preside;

Vereador de Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, Jorge Guedes Osório Augusto;

Vogal Executivo da Empresa Municipal Lamego Convida, EEM, Dr. Paulo Jorge Nazaré Correia;

Chefe da Divisão de Finanças e Património, Dr. Nelson do Vale Martins;

Presidente da Associação de Freguesias do Sudeste, António Manuel dos Santos Rodrigues;

Presidente da Associação de Freguesias do Sul, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro;

Presidente da Associação de Freguesias do Norte, Macário Cardoso Rebelo e 4 membros a designar pela Assembleia Municipal.

Mais propõe, que o processo seja remetido à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: A proposta foi aprovada, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que prestou a seguinte declaração de voto: “Voto contra a presente proposta por entender que a composição do grupo de trabalho, apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, não tem em conta nem respeita a pluralidade política do nosso concelho, nem integra representantes de sectores fundamentais da vida pública lamecense, em manifestação clara de um espírito absolutamente antagónico ao próprio entendimento da propositura do Governo, nomeadamente na perspectiva de “uma inequívoca demonstração de transparência e humildade democrática”, que nesta proposta não está acautelada nem é respeitada.

Constata-se, assim, que num concelho integrado em território onde a agricultura, nomeadamente a vitivinicultura, constitui o principal elemento de subsistência das suas gentes; e o turismo cultural, nas suas vertentes patrimoniais (paisagísticas, arquitectónicas, de usos e costumes, etc) e artísticas, com fortes implicações sociais e económicas, pese embora constituírem sectores de futuro para todos os lamecenses, a verdade é que não se encontram minimamente representados neste grupo de trabalho, enquanto verificamos a multiplicação indevida da “representatividade” de um

Presidente

Secretário

único partido político e de um único sector, também político e homogéneo, da opinião pública lamecense.

Daqui, a razão do meu voto contra, que não tem nada a ver com as personalidades propostas, que respeito e considero.”

Ausente o senhor Presidente da Câmara Municipal.

38-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

39-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária